



O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E A INFLUÊNCIA DO MODELO FRANCÊS.

Martha Abrahão Saad Lucchesi

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a influência do ensino superior francês na gênese e desenvolvimento deste grau de ensino no Brasil. A primeira universidade brasileira a ser efetivamente institucionalizada no Brasil foi a Universidade de São Paulo, fundada em 25 de janeiro de 1934, integrando faculdades autônomas já existentes e criando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O objetivo específico desta pesquisa é estudar a história das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo, que caracterizaram a educação urbana e a interiorização, ao longo da segunda metade do século XX. Na década de 1950, surgem os Institutos Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo, como parte da política de expansão da educação superior. Parte-se da pesquisa teórica que utiliza o método histórico e o método comparativo. Como técnicas de coleta de dados foram empregadas a pesquisa bibliográfica, documental e ainda, coleta de dados empíricos. A análise evidenciou que, o ensino superior brasileiro foi influenciado pelo modelo francês, a partir de escolas isoladas, mais tarde algumas foram agrupadas em universidades.

Palavras-chave: História da Educação, Políticas Educacionais, Ensino Superior, Interiorização, Expansão.

INTRODUÇÃO.

No Brasil, a literaturaⁱ demonstra que somente com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, século XIX, transferindo a Coroa para além mares, para o Rio de Janeiro, foi permitida a fundação dos primeiros cursos superiores. Tratava-se de instituições isoladas de formação de profissionais liberais: médicos, advogados e engenheiros. Os primeiros cursos foram: Medicina em 1808, na Bahia e Engenharia, no Rio de Janeiro. A formação em Direito já era tradicional na universidade portuguesa, onde estudavam alguns jovens da elite brasileira. Em lugar da instalação de cursos superiores, “a metrópole concedia bolsas para que certo número de filhos de colonos pudesse concluir seus estudos em Coimbra.” (CUNHA, 2000).

O Curso Jurídico em Olinda e em São Paulo foi criado apenas em 1827, contemplando-se as três carreiras liberais que predominaram nos séculos XIX e XX. Datam dos anos de 1808 a criação da Academia de Marinha e de 1810, a criação da Academia Real Militar, no Rio de Janeiro, voltadas para a formação de oficiais e engenheiros civis e militares. (CUNHA, 2000, PELETTI e PELETTI, p. 153, 1990).

Registra-se que, embora a França de Napoleão estivesse em guerra com a nação portuguesa que colonizou o Brasil, este implantou o modelo francês de ensino superior criado no período napoleônico. Conforme Figueiredo e Cowen (2005, p.176) “paradoxalmente, a França- o país que havia produzido a conturbação na Europa e uma mudança nas relações coloniais de todo o mundo- foi adotada como exemplo de boas práticas educacionais. Instituições de ensino superior foram implantadas segundo o modelo Napoleônico das *grands écoles* francesas.”

Nesta época, surgiram ainda, escolas modernizadoras, como a Escola Politécnica e as Escolas Normais. “Ressalte-se que o Brasil contava, em 1930, com 86 escolas superiores.” (TEIXEIRA, 1989, p. 115). Quantitativamente, a evolução do número de escolas superiores assim se desenhou no decorrer do período republicano em apreço: em 1900 havia 24; até 1910, foram criadas mais 13; até 1920, mais 34; e até 1930, mais 15, totalizando ao final da Primeira República 86 escolas superiores (TEIXEIRA, 1989, p. 114-115 apud ARAÚJO, 2008, p. 80).

Para os educadores - Fernando de Azevedo à frente -, o modelo deveria ser o da *École Normale* francesa, e o objetivo, a formação de professores (não era outra coisa, aliás, que previam a legislação federal e era o objetivo explícito da Faculdade de Educação da UDF). As faculdades trazidas ao novo sistema universitário vinham com suas próprias estruturas e modelos. (SCHWARTZMAN, 1982, p.159).

Somente no século XX começou a criação de universidades, que nasceram da fusão de institutos isolados. A partir de então a sociedade brasileira busca recuperar do atraso histórico em relação à fundação das universidades.

Apenas no século XX, em 1930 o Brasil registrava a presença de duas Universidades: uma em Minas Gerais e

outra no Rio de Janeiro. O ensino superior só foi efetivamente institucionalizado no Brasil com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934.ⁱⁱ Aqui, a universidade pública cresceu principalmente entre os anos 1930 e 1960. (LUCCHESI, 2010, p.2)

O marco inicial foi a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, considerada a “*célula mater*” da universidade, a partir da qual se aglutinaram escolas superiores isoladas então existentes, que de acordo com Schwartzman (1979, p.225) reuniam vários professores europeus não poucos de renome internacional, que propiciou condições para que se formasse um novo modelo de cientista, alunos que se tornaram pesquisadores, cujo prestígio em São Paulo lançou as bases para criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Teodoro Ramos, da Escola Politécnica, e Dumas são os responsáveis pelo recrutamento dos integrantes da chamada “missão francesa da USP”, que se desenvolveu em três fases distintas. Em 1934, são contratados professores experientes em universidades e liceus franceses, com o objetivo de abrir os cursos. Dos seis nomes que compõem essa primeira leva - Émile Coornaert (história), Pierre Deffontaines (geografia), Robert Garric (literatura francesa), Paul-Arbousse Bastide (sociologia), Étienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-latina) - somente Berveiller e Arbousse-Bastide renovam os seus contratos com a universidade no ano seguinte. Em 1935, o perfil do grupo se altera assim como a duração dos contratos, agora de três anos: trata-se de jovens agrégés, sem experiência no ensino superior, com exceção de Fernand Braudel. Além do professor de história, chegam ao país neste momento: Pierre Hourcade (literatura francesa), Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (segunda cadeira de sociologia) e Jean Maugué (filosofia). Monbeig e Maugué permanecem no país até 1944 e 1947, respectivamente, em função da eclosão da guerra. A partir de 1938, Dumas decide convidar docentes mais velhos, como fizera na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935. Deste novo grupo de professores fazem parte: Roger Bastide (substituto de Lévi-Strauss), Jean Gagé (no lugar de Braudel), Alfred Bonzon (literatura francesa) e Paul Hugon (economia), que se estabelecerá definitivamente no país. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2009, P,1)

Schwartzman (1982) afirma que apesar da influência alemã, que surgiu, sobretudo, no final do século XIX por influência dos positivistas, a universidade brasileira tomou como base o modelo francês e também foi influenciada pelo modelo inglês, principalmente Cambridge. Alguns aspectos ideológicos foram marcantes pela influência francesa: a laicidade, a predominância das ciências humanas. A tradição francesa era liberal e humanista e foi esta a mais forte influência na formação da universidade brasileira. Quando o Brasil criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, as ciências biológicas e exatas já consistiam, na França, outra faculdade. Mas o

Brasil, sem condições de criar naquele momento duas faculdades diferentes para formar professores, adotou o antigo modelo francês. Posteriormente, também a Universidade de São Paulo criou o Instituto de Física, a Faculdade de Biologia e outras, mantendo apenas as ciências humanas no núcleo original. Atualmente a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras chama-se Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e inclui também os cursos de História, Geografia.ⁱⁱⁱ (USP, 2011).

Evidencia-se que, universidade brasileira nasceu como filha tardia da universidade européia, sobretudo do modelo francês, que instituíra faculdades isoladas, mais tarde agrupadas em universidades. Essa universidade teria sido obra dos enciclopedistas e filósofos iluministas. Com Napoleão, o Estado encampou o ensino superior, privilegiando as escolas isoladas, como a *École Polytechnique* e a *École Normale*, que são até hoje formadoras de profissionais de nível superior. Esse modelo atendia melhor aos interesses da burguesia industrial, formando elites fora do sistema universitário e foi seguido pelo ensino superior brasileiro no período de sua formação.

De acordo com Almeida:

As raízes do pensamento francês no solo brasileiro foram institucionalmente plantadas em 1934. A fundação da Universidade de São Paulo facilitou a consolidação do encanto intelectual entre franceses e brasileiros. George Dunas, consultor da aristocracia e intelectualidade paulistana constitui uma "missão francesa", a qual, em conjunto com a "missão italiana", coordenada por Giuseppe Ungaretti, fomentam as bases macro-institucionais e ideológicas do ensino das ciências humanas no Brasil. Segundo Lévi-Strauss, em entrevista a Didier Eribon, a criação da USP é a consolidação do projeto da burguesia para equalizá-la à cultura européia. (2002, p2).

Neste contexto histórico, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar a influência do ensino superior europeu na gênese e desenvolvimento deste grau de ensino no Brasil. O objetivo específico é estudar a história das instituições municipais de ensino superior do Estado de São Paulo, que caracterizaram a educação urbana no interior do estado, ao longo da segunda metade do século XX.

As questões norteadoras da discussão proposta são: Qual a influência dos institutos isolados europeus na criação das instituições de ensino superior no Brasil? Quais as condições históricas, sociais e legais que proporcionaram o surgimento nas cidades médias, na década de 1950, das Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo?

Foi realizado um estudo quantitativo e qualitativo sobre história das instituições municipais de ensino superior (IMES) do Estado de São Paulo. Os dados foram obtidos dos órgãos oficiais da educação brasileira, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) e das instituições pesquisadas, que comparados constituem-se em informações originais. O método histórico foi utilizado nesta parte da pesquisa e o período enfocado vai da metade do século XX (1950) até a primeira década do século

XXI (especificamente 2007). O balizamento histórico desse período se justifica porque vai do surgimento da primeira IMES, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, em 1951 e estende-se até 2007, último ano em que a metodologia de coleta e organização dos dados referentes ao ensino superior brasileiro permite comparações com períodos anteriores. A partir do ano seguinte, por mudanças metodológicas na avaliação das instituições municipais de ensino superior no Brasil, não é possível traçar um paralelo com períodos anteriores.

A análise teórica foi elaborada com base Ladd (1907) Charle e Verger (1996), Almeida (2002), Cunha (2000), Peletti e Peletti, (1990), Schwartzman (1979, 2003), Durham (2002, 2003, 2005), Castilho (2009) e outros para o período histórico europeu e brasileiro, delineiam-se ainda, o contexto e as consequências da criação das IMES para a expansão e interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo.

A INFLUÊNCIA FRANCESA

Embora a monarquia portuguesa tenha sido subjugada pelo poder napoleônico, a influência da cultura francesa no Brasil fez-se presente, seja por intermédio das outras nações européias também influenciadas pela cultura francesa, seja diretamente por meio de convites a artistas e intelectuais. Houve mesmo uma “missão cultural francesa” no período imediatamente anterior à independência brasileira. Cabe ressaltar que, com a Restauração,^{iv} a França deixou de ser um país revolucionário cujas idéias ameaçavam a estabilidade de seus vizinhos.

Entretanto, o modelo de educação surgido no período napoleônico não foi afastado. O ensino escolástico e filosófico das universidades medievais foi substituído pelo ensino modernizador das grandes *écoles*. Este ensino superior visava formar uma nova elite dirigente e intelectual (BOURDIEU, 1989).

No decorrer do século 19, as famílias da elite brasileira mandavam seus filhos para estudar na França. A seguir, implantaram aqui escolas nos moldes da educação francesa, iniciando-se com a criação no Rio de Janeiro do Colégio Pedro II, em 1857. O historiador da educação Nelson Schapochnik observa que até o material didático e o conteúdo foram importados. A própria organização curricular no Brasil começou calcada no modelo francês. Esse colégio serviu de modelo para várias instituições no Brasil, especialmente após a Proclamação da República. Schwartzman (2003) afirma que a reforma do antigo instituto de Educação no Rio de Janeiro na década de 1930, deveria ser uma versão brasileira da *École Normale* francesa e um modelo para o país.

A influência da cultura francesa foi ampla e profunda. Foi por meio das traduções francesas que os clássicos da literatura mundial chegaram ao Brasil. A língua francesa intermediou nossa leitura dos clássicos, inclusive gregos e romanos. Também houve uma influência na percepção das questões sociais, inclusive porque não apenas a elite que se alimentava da ideologia francesa, mas também as classes dominadas buscavam sua inspiração nos ideais revolucionários.

..emerge uma situação conjuntural de resistência ao monopólio da burguesia: estudantes vindos das classes

modestas, homens e mulheres já engajados na vida profissional e que desconfiam dos grandes burgueses que fundaram a universidade (de São Paulo) passam a ouvir, discutir e, por vezes, a ensinar os mestres europeus. "Nós nos encontrávamos entre dos campos", diz Lévi-Strauss: "de um lado gente preciosa, de outro os servidores da classe dominante".^v Em seu livro "Tristes Tópicos", o pai do estruturalismo francês é enfático: "a nossa missão universitária contribuiu para a constituição de uma nova elite, a qual iria desligar-se de nós na medida em que Dunas e depois Quai d'Orsay recusavam compreender que era essa nossa criação mais preciosa (LÉVI-STRAUSS; 1995 p. 15, apud ALMEIDA, 2002).

Charles e Verger (1996, p. 7-8) destacam que as universidades são apenas uma parte do ensino superior. Eles entendem que a universidade, tal como a conhecemos hoje, "é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo [...] perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas)". É o caso das Instituições Municipais de Ensino Superior, tema deste trabalho. Elas nasceram em sua maioria como instituições isoladas e poucas cresceram até se tornarem universidade ou foram reunidas em universidades. Mas, para Charles e Verger (1996, p. 8), "A procura de uma definição de universidade, impossível de ser encontrada, imobilizada entre tautologia ('é universidade o que se autodenomina universidade') e anacronismo, deve então ser substituída por uma abordagem diacrônica, até mesmo descontínua, mas firmemente ancorada nas grandes articulações da história geral."

O Modelo da *École Normale*

Ladd (1907, p. 2) afirma que a importância da influência francesa se deveu ao fato de que eles colocaram esperanças e expectativas positivas em um plano de educação. No seu entender, a soberania e a influência francesas se deram por meio da educação. Ele ressalta (LADD, 1907, p.3) que a *École Normale* é duplamente importante. Em primeiro lugar porque estabelece a si mesma como norma, como modelo e padrão, em segundo porque se propõe a formar professores, que, por sua vez também seriam professores de outros professores. Ele afirma ainda que a Revolução Francesa mobilizou o país todo em função da educação. O plano para a educação aprovado pela Assembleia em 25 de outubro de 1795, previa três níveis de ensino: primário, secundário e superior. Além disso, incluía o ensino rural e o ensino profissional. Esse plano, antes de ser aprovado sofreu várias idas e vindas desde 1791, quando foi proposto por Condorcet. (LADD, 1907, p. 8-12).

A *École Normale* foi fundada oficialmente em outubro de 1794. Segundo Ladd (1907, p. 10) ela retomava uma idéia anterior de fundar uma escola leiga. A idéia de uma instrução pública e não religiosa surgira em 1763, com a expulsão dos jesuítas. Ressalta ainda, que o corpo docente e os dirigentes da *École Normale* eram formados por professores oriundos das diversas faculdades já existentes na França.

Ladd (1907, p. 58) conclui que a *École Normale* era, de fato, uma universidade, no sentido de promover a produção do conhecimento. E acrescenta que, durante 50 anos foi a única universidade a funcionar em Paris. Por outro lado, a *École Normale* não se dedicou nesse período ao estudo da pedagogia e das práticas de ensino. Posteriormente, a Universidade de Paris passou a competir com a *École Normale*. Em 1888, a *École Normale* foi anexada à Universidade de Paris e coube-lhe tratar da formação pedagógica dos futuros professores.

No Brasil, mais especialmente no Estado de São Paulo, a Lei 161, de 1948, possibilitou o surgimento de mais cursos superiores no interior de São Paulo, como as Faculdades de Medicina de Ribeirão Preto, Farmácia e Odontologia de Bauru e Engenharia de São Carlos, criadas pela USP, mas funcionando de forma isolada, o que gerou certa resistência por parte da Universidade de São Paulo à criação de novas Faculdades. (LUCCHESI, 2010, p.3)

A implantação da universidade no Brasil gerou alguns conflitos entre as várias tendências e concepções. Entretanto, é inquestionável que se buscou apoio no exterior, por meio da vinda de professores e também com visitas técnicas feitas a universidades estrangeiras. (ARAUJO, 2008, p.71). O Brasil por sua extensão e diversidade apresenta necessidades heterogêneas.

Depois de um período autoritário, sob Getúlio Vargas, em 1946, o País voltou à democracia, “iniciando um novo período até 1964, caracterizado pela ampliação do número de universidades públicas. (DURHAM, 2005, p.194).

A partir desse momento, a rede de institutos isolados no interior de São Paulo criados pela USP, portanto de caráter público, laico e gratuito expandiu-se como uma resposta às pressões, principalmente dos pólos ligados ao desenvolvimento urbano, agrícola e industrial.

Essa integração entre universidade e escola isolada foi possível no caso brasileiro, pois embora aqui ainda não houvesse uma universidade para dar suporte a uma escola normal, os Institutos Isolados de Ensino Superior, criados pela Universidade de São Paulo, sob influência francesa, que se espalhavam pelo Estado deram origem à Universidade Estadual Paulista- UNESP, que se estende por toda a extensão do Estado de São Paulo.

A Criação das Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

Na década de 1960, o interior do Estado de São Paulo se tornou uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do país “cuja base do florescimento pós -1956 encontra-se na transformação da estrutura produtiva industrial, que trouxe a ampliação do processo de industrialização, modernização agrícola e de infra-estrutura, entre outros fatores e refletiram-se também nos setores primários e terciários resultando mudanças significativas em todos os setores da economia” (BÓGUS e BAENINGER, 1989, p.69), cenário que constituiu-se um ambiente adequado para a proliferação de Instituições Municipais de Ensino Superior, por iniciativa dos poderes locais, e não do poder

estadual. Pode-se entender que a necessidade de oferta de ensino superior para os jovens do interior de São Paulo tenha levado o poder municipal a criá-lo.

Nesse sentido, deve-se pensar a origem da IMES como o ensino superior possível para aquele momento da história brasileira. Trata-se de um momento em que as classes médias buscam a ascensão social através da educação da nova geração, voltada para o desenvolvimento regional no Estado de São Paulo.

As IMES não se dirigiam apenas às elites, como as primeiras faculdades e universidades brasileiras. O que podemos destacar é que são dois momentos: o primeiro ocorre no século XIX e na primeira metade do século XX e consiste em oferecer ensino superior aos filhos das classes altas, onde o modelo francês foi predominante através da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e também da criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior, pelo poder estatal, em várias cidades do Estado.

O aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) públicas no interior do Estado de São Paulo, nas cidades de Araraquara, Assis, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, como instituições isoladas de ensino superior (IIES), ocorreu em um período em que convergiram diversos fatores de ordem política e econômica. Criadas entre 1957 e 1959, essas Escolas espalharam-se por regiões de ocupação recente ou que passavam por renovação das atividades econômicas. O modelo de que estas Faculdades se inspiraram era o da FFCL da Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, que, por sua vez, tinha como objetivo primeiro a formação e renovação das elites dirigentes, através do estudo desinteressado das ciências, e, secundariamente, a formação de professores para o ensino médio. Logo, porém, ficou privilegiada na FFCL da USP a preparação de docentes. (VAIDERGORN, 2003, p.10)

O segundo momento se configura a partir da segunda metade do século XX quando as classes médias começam a exigir acesso ao ensino superior e o governo decide ampliá-lo por meio da expansão tanto de instituições públicas como privadas. De acordo com Durham (2005, p.195) com o aumento da demanda, acumulou-se um contingente de candidatos excedentes, constituído por alunos aprovados nos exames vestibulares, que não podiam ser admitidos por falta de vagas.

A análise histórica permite evidenciar que o modelo napoleônico foi o seguido pelo Governo Vargas, que propunha a criação de escolas isoladas de cunho profissionalizante e centralização estatal. Alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil, passaram por longo período de regimes autoritários, geralmente de cunho militar. “Esse contexto não poderia contribuir para o desenvolvimento da autonomia universitária e do pensamento acadêmico. Apesar disso, nesse período, no Brasil, aumentou o número de universidades e faculdades independentes, públicas e privadas.” (LUCCHESI, 2002, p.63)

É nesse contexto que surgem as IMES, criadas ou incorporadas pelo poder municipal, laicas, mas com autorização para cobrar mensalidades, ainda que no início de maneira simbólica. Ressalte-se que na história da educação brasileira as IMES foram as únicas instituições de caráter público, nas figuras jurídicas de autarquias, fundações públicas ou privadas com o recurso financeiro proveniente dos alunos.

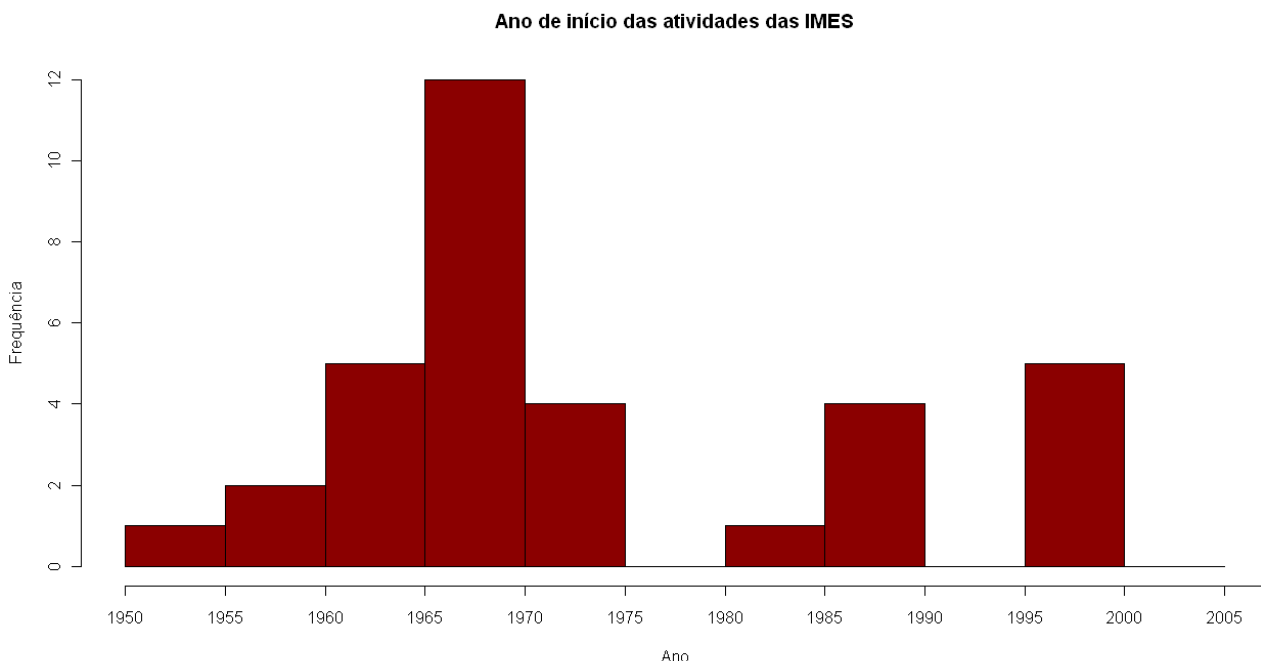
Castilho (2009, p.37) afirma que foi a expansão do ensino do ensino médio ou secundário, um dos motivos que levou ao surgimento do ensino superior no interior do Estado de São Paulo. A necessidade de **formar professores** para atuarem nos ginásios e nos colégios levou à necessidade de formar professores de nível universitário, sendo, por consequência, necessária a criação de vagas em faculdades e universidades.

Inicialmente, o governo estadual supriu a necessidade de ensino superior no interior do Estado de São Paulo, criando institutos estaduais. Na tentativa de seguir o modelo estadual, “as Prefeituras assumiram essa tarefa, levando ao crescimento das instituições isoladas de ensino superior no interior do Estado de São Paulo.” (DURHAM, 2003, p. 9)

Elas haviam-se expandido mais acentuadamente entre 1964 e 1968, quando o governo procura atender a reivindicação da classe média por acesso ao curso superior e as IMES, disseminadas pelo interior do Estado de São Paulo, representavam mais um elemento favorável para a interiorização do desenvolvimento, uma das metas governamentais.

No Estado de São Paulo, a interiorização das IMES efetivou-se em regiões onde não havia ensino superior privado. Ainda hoje, de todas as IMES no Estado, apenas quatro estão na Grande São Paulo, contribuindo quase todas significativamente para a interiorização do ensino superior. A série histórica no gráfico abaixo demonstra o ano de início de funcionamento das IMES no Estado de São Paulo.

Gráfico 1. Início das Atividades das IMES



Fonte: Conselho Estadual de Educação de São Paulo e sites das instituições (elaborado pela autora).

As IMES apresentam crescimento de 2,8% entre 1974 e 1998. A partir de então, ocorre uma queda abrupta, parcialmente compensada até 2000, o que pode ser atribuído, em parte, à LDBN n. 9.394/96, que determina, no artigo 11, inciso V, que os municípios só poderão atuar nos níveis de ensino médio e superior, se atendidos plenamente a educação infantil e o ensino fundamental, devendo dispor de outros recursos, além do percentual de 25%, vinculado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988)

As mudanças na legislação possibilitaram a criação de IMES, a partir do início da década de 1950. Embora pareça que houve decréscimo no número de IMES no Estado de São Paulo, elas não desapareceram, mas adaptaram-se às alternativas oferecidas pela legislação vigente. De acordo com DURHAM; SAMPAIO:

No que se refere à distribuição regional dos estabelecimentos de ensino superior, verifica-se que a opção do ensino superior público foi tradicionalmente, mas, sobretudo, durante o período de expansão, a de instalar-se em regiões geográficas menos favoráveis ao financiamento privado de ensino superior, o que, de algum modo, promovia uma maior equidade de acesso ao sistema (1995, p. 9).

As IMES, no Estado de São Paulo, surgiram antes do período de maior expansão do ensino superior, entre os anos 1960 e 1980, um crescimento de 480,3% de matrículas nesses vinte anos (SAMPALIO, 2000), enquanto o ensino superior privado cresceu

843,7%. Em números absolutos, as matrículas passaram de 200.000 para 1.400.000, ocorrendo o maior crescimento nos anos 1968, 1970 e 1971.

Tabela 1. Ano de criação de IMES do Estado de São Paulo

Período	N. instituições	% do total
Anterior a 1961	4	10,25
Entre 1961 e 1988	31	79,50
Após 1988	4	10,25
Total	39	100

As IMES, que nasceram em um determinado momento da história brasileira, vivem agora outra realidade à qual procuram adaptar-se, sem perder sua identidade. As transformações políticas trazidas com a redemocratização do País e a Constituição Federal de 1988 as obrigam a redefinir-se, transformar-se e atualizar-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que, o ensino superior brasileiro seguiu o modelo francês, a partir de escolas isoladas, mais tarde algumas foram agrupadas em universidades. Demonstrou ainda, a grande influência dos professores franceses na criação da Universidade de São Paulo, e seus desdobramentos no surgimento dos institutos isolados de ensino superior criados como extensão da USP. Posteriormente, por influência norte-americana e alemã, buscou criar universidades a partir de institutos integrados.

Atualmente no Brasil, os modelos coexistem, com relações de complementaridade. Não se trata, contudo de uma relação harmoniosa. Existem tensões e conflitos entre as propostas de modelos para o ensino superior brasileiro. Os institutos isolados criados pela USP foram incorporados e deram origem à UNESP em 1976.

As Instituições Municipais de Ensino Superior foram criadas segundo o modelo de instituições isoladas. Isto se deve não apenas à influência francesa, mas também ao fato de que o porte das cidades não comportava uma universidade, pois era suficiente para o atendimento da demanda apenas instituições de pequeno porte.

Atualmente, apesar do crescimento das cidades e do aumento do número de estudantes no ensino superior, apenas duas IMES se tornaram universidades (São Caetano e Taubaté) e outras quatro são centros universitários. As outras IMES continuam como institutos isolados ou faculdades integradas.

As IMES constituíram uma resposta adequada às demandas e necessidades do interior paulista. As IMES têm uma estreita relação de compromisso com a cidade em que foram instaladas. Seu grande mérito foi contribuir para a interiorização e regionalização do ensino superior no início de sua história.

ⁱ Autores consultados: Cunha (2000), Peletti e Peletti, (1990), Durham (2005) Schwartzman (1982) e outros.

ⁱⁱ Atualmente, A Universidade de São Paulo (USP) ocupa o primeiro lugar na relação das principais universidades latino-americanas. QS University Rankings 2011: América Latina. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/>> acesso em: 2011-10-05.

ⁱⁱⁱ Segundo ranking internacional feito pela TopUniversities, nove cursos da Universidade de São Paulo aparecem entre os 200 melhores do mundo. Dentre esses, seis são da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Filosofia, Sociologia, História, Linguística, Ciência Política e Geografia. Disponível em: <http://fflch.usp.br/> acesso em 20/07/2011.

^{iv} A restauração trouxe de volta à França a monarquia legítima e, com esta, o poder da Igreja e da aristocracia nobiliária, que recuperaram a maior parte de sua antiga influência, até que veio o momento oportuno de reconquistar tudo. (Bakunin, 1882, p.81)

^v Claude Lévi-Strauss. De perto e de Longe. Entrevista a Didier Eribom...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Conceição. Palestra na mesa-redonda "A presença do pensamento francês no Brasil" por ocasião da **VI Feira Pan-Amazônica do Livro** realizada pela Secretaria Executiva de Cultura do Pará. Belém 18 a 29 de setembro de 2002.

ARAÚJO José Carlos Souza. Concepções de universidade e de educação superior no *Inquérito de 1926* de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de História da Educação / SBHE** Nº 17 - Maio/Agosto 2008, pp.73 a 102.

BAKUNIN, M. **Deus e o Estado**. Trad. Plínio A. Coelho- recupera a primeira Ed., de 1882, organizada por Carlo Cafiero e Elisée Reclus, publicada em Genebra pela Gráfica Juraciana.

BÓGUS, Lucia M. M. & BAENINGER, Rosana. Reorganização espacial da população no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 3, n. 3, p. 69-74, July-Sept. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989. (Le sens commun).

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. **500 Anos de Educação no Brasil**/ organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, - Belo Horizonte: Autentica 2000. 2ª edição.

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. **Memória e história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976)**. 2009, 256 folhas. Tese (Doutorado em Educação, com Área de Concentração em Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, 2009.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, p. 191-233.

_____. **O ensino superior no Brasil: o público e o privado**. São Paulo: NUPES, USP, 2003. Documento de trabalho 03/2003. 36pp.

_____. **A universidade e o ensino.** São Paulo: NUPES, USP, 2002. (Documento de Trabalho 01/2002). 21pp.

FIGUEIREDO, Maria C. M. e COWEN, R. [Modelos de cursos de formação de professores e mudanças em políticas: um estudo sobre o Brasil](#), In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, p.175-190.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. A missão francesa na Universidade de São Paulo. **A França no Brasil.** Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/intercambios.htm> Acesso em: 22/07/2011.

LADD, Adoniram Judson. (1907) **Ecole normale supérieure an historical sketch** (1907). Grand Forks, N.D.: Herald Pub. Co. [California Digital Library](#), Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/ecolenormalesup00laddrich#page/n3/mode/2up>> acesso 20 de novembro de 2010.

LUCCHESI, M. A. S. Municipal Institution of Higher Education in the State of São Paulo and Political Changes in Brazil. In: **European Conference on Educational Research, 2010**, Helsinki. European Educational Research Association c/o Freie Universität Berlin, network 23. Berlin : European Educational Research Association c/o Freie Universität Berlin, 2010. p. 1-18

_____. **A universidade no limiar do III milênio:** desafios e tendências. São Paulo: Leopoldianum, 2002.

PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da Educação.** São Paulo: Atica: 1990.

SAMPAIO, Helena. **Trajetória e tendências recentes do setor privado do ensino superior no Brasil.** Jun 2000 Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes/jun00/sampaio.rtf> Acesso em: 6/4/2009

SCHWARTZMAN, Simon. O modelo da nova universidade. in: Ernesto de Lima Gonçalves, editor, **Pesquisa Médica**, vol. 1. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária; Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982, p. 137-160. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/matrizes.htm>> acesso em: 18/07/2011.

SCHWARTZMAN, Simon. The Challenges of Education in Brazil. in: **Seminar on Education in Brazil. Center for Brazilian's Studies. University of Oxford.** 2003. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/challenges.pdf> acesso em: 20/06/2011

_____. **Formação da comunidade científica no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1979.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VAIDERGORN, José. **As seis irmãs**: as FFCL do interior paulista. Araraquara, SP: Laboratório Editorial da FCL: São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2003.